

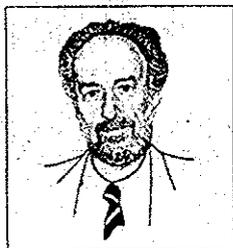
WASHINGTON NOVAES

O novo patamar

Parece claro, com o fim da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburg, que o deslocamento das chamadas questões ambientais para o centro das discussões sobre o desenvolvimento coloca novas, complexas e urgentes questões na agenda mundial. Crises até – ainda sem definição clara de rumo.

Na aparência, divergem muito as avaliações sobre a cúpula. Ambientalistas e representantes de organizações não-governamentais não hesitam em qualificá-la de “retrocesso”, “fracasso”, “Rio menos 10” ou até de “Cúpula Mundial dos Acordos Vergonhosos”, como disse uma das maiores ONGs do mundo, o WWF, em seu comunicado, referindo-se ao Plano de Implementação (das conferências de mudanças climáticas e da biodiversidade, assim como da Agenda 21 mundial, aprovadas na Rio-92), discutido durante vários dias. E que resultou em escassos consensos, noticiados nos últimos dias. Diplomatas e chefes de Estado preferem dizer que houve avanços e foram importantes, ainda que muito mais modestos do que se esperava. Longe dos microfones, câmeras e blocos de anotações dos jornalistas, entretanto, admitem o impasse.

Já em discussões paralelas, o que mais vem à tona é o que tem sido qualificado de “crise do sistema multilateral de negociações”, ou “crise do sistema ONU”, ou



Melhor o impasse do que a caminhada cega em direção ao indesejável

“crise do modelo de conferência (como esta) que exige consenso para qualquer decisão”. Sempre com a pergunta: que modelo poderá levar a soluções de problemas tão sérios e intrincados como os que estão sobre a mesa?

Quem ouviu os discursos de chefes de Estado – palavras que não representam compromissos formais – nas sessões plenárias se impressionou com o quadro dramático por eles exposto, tanto na área ambiental como na social.

O chefe do governo alemão, Gerard Schroeder, por exemplo, não hesitou em iniciar suas palavras dizendo que mudanças climáticas não são mais um prognóstico, uma possibilidade; já são uma realidade. Pregou o desmantelamento dos subsídios à agricultura nos países mais ricos (US\$ 1 bilhão por dia), que dificultam o acesso dos produtos primários de países em desenvolvimento (inclusive do Brasil) a seus mercados. Verberou a pobreza e prometeu aumentar a ajuda aos países mais pobres.

O primeiro-ministro Rasmussen, da Dinamarca, disse ser insustentável um mundo em que os países mais ricos, “com 15% da população, concentram 80% da produção, do consumo e da renda”. O presidente Jacques Chirac foi ainda mais dramático, ao lembrar que precisaríamos “de dois planetas como o nosso” se todas as pessoas consumissem como norte-americanos, euro-

peus ou japoneses. Mencionou a nuvem de poluentes de milhões de quilômetros quadrados que “envenena o continente asiático”. As mudanças climáticas já afetando muitas partes do mundo e ameaçando eliminar do mapa dezenas de países insulares. “Não podemos dizer que não sabemos.”

O primeiro-ministro Tony Blair lembrou que “a guerra de um país atinge outro”, assim como “a contaminação produzida por um atinge outros”. O que é inaceitável, pois “valem todos a mesma coisa”, não podemos concordar que “a África continue sendo uma cicatriz na consciência do mundo”.

Não é preciso relembrar outros pronunciamentos. Estes bastam para evidenciar alguns pontos fundamentais:

- Nossos modos de viver, nossos padrões insustentáveis de consumo geram problemas – ditos ambientais – que não respeitam fronteiras administrativas nem geopolíticas e colocam a questão num patamar novo: o dos limites planetários insuperáveis;

- o simples crescimento econômico não terá como superar o problema, já que não haverá recursos físicos (ou recursos naturais) suficientes para manter ao longo do tempo um crescimento capaz de elevar toda a população mundial a padrões de renda e consumo mais altos desejados, como têm afirmado numerosos cientistas;

- não dispomos de instituições em âmbito planetário capazes de criar, para todos os países, regras que enfrentem a insustentabilidade dos padrões de produção e consumo – e instituições com poder ainda para exigir a mudança.

Algumas consequências

desse quadro começam a evidenciar-se. Primeiro, a de que, na verdade, não está claro ainda o que deve ser feito nesse âmbito planetário para instituir esse novo padrão civilizatório – que é do que se trata, ao fim e ao cabo. Segundo, que comece um novo debate, em que alguns pensadores dos países mais ricos contestam o conceito do “desenvolvimento sustentável”, alegando que não tem sentido pensar em garantir os direitos das futuras gerações se não somos capazes de suprir as necessidades de uma grande parcela dos atuais habitantes da Terra. A tarefa indispensável e urgente seria promover o máximo de desenvolvimento econômico – já – para suprir essas necessidades. E esquecer a sustentabilidade. Mas sem responder como se fará para enfrentar as consequências de limites já superados e que geram questões como a das mudanças climáticas. Ou, como constou do texto da declaração política desta cúpula mundial, com o “apartheid” mundial levando a maioria pobre do planeta a “descrer dos regimes democráticos”.

Complicado. Mas inarredável. Por isso, parece muito provável que seja essa a discussão central dos próximos tempos. Se for, o impasse de hoje será extremamente útil. Não só exigirá a presença dessas questões na base de todas as políticas públicas e planejamentos privados, como abrirá caminho para cogitações e debates que possam conduzir a novos patamares.

Melhor o impasse do que a caminhada cega em direção ao indesejável.